

Ipea comprova que pobreza reduziu-se em um terço, mas...

O estudo divulgado nesta terça-feira (5) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), *Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano*, fornece motivos para reflexão para quem deseje entender o país de hoje, e o de amanhã. Ele indica, nos cinco anos entre 2003 e 2008, uma redução da pobreza em um terço e da indigência pela metade. Não é pouco.

Por Bernardo Joffily

O estudo do Ipea baseia-se em dados do IBGE

Fonte: Ipea, com Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE referentes a seis regiões metropolitanas (RMs) do país – Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O gráfico ao lado mostra a evolução dos números: a taxa de pobreza nas seis regiões cai de 35,0% da população em 2003 para 24,1% já em 2008. Ou seja, uma redução de quase um terço da pobreza em termos proporcionais. A indigência cai de 13,7% para 6,6%, pouco menos da metade.

Iniquidades imensas mas em queda

Em números absolutos isto significa 4 milhões de pobres a menos nas regiões estudadas: seu número baixou de 15,44 milhões para 11,36 milhões. Os indigentes se reduziram em quase 3 milhões, de 6,04 milhões para 3,12 milhões.

O estudo define como pobres todas as pessoas com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, isto é, R\$ 207,50. E considera pessoas em condição de indigência aquelas com renda per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 103,75).

O Ipea, desde a reviravolta em sua direção, em 2007, "tem lado", desenvolvimentista, na disputa ora mais e ora menos subterrânea que se trava no interior do governo federal. Forma entre os mais severos críticos da política de juros do Banco Central e seu presidente, Marcio Pochmann, está em campanha por uma reforma tributária que cobre mais impostos dos ricos. Mas seu estudo evidencia que as iniquidades sociais do Brasil, por imensas que sejam, começaram a recuar.

Recife tem mais pobreza, SP tem mais pobres

Todas as seis RMs estudadas mostram o mesmo comportamento geral: aumento da pobreza de 2002 para 2003 (primeiro ano do governo Lula) e redução incessante nos cinco anos seguintes.

Ao mesmo tempo, há diferenças significativas: Recife, a RM com maior porcentagem de pobres, foi a que apresentou menor redução: 12,2 pontos (de 55,3% para 43,1%). Belo Horizonte, no extremo oposto, teve a maior queda na taxa de pobreza: 17,1 pontos (de 40,2% para 23,1%). Porto Alegre permanece como a RM com menor população pobre: 28,6% em 2002 e 20,0% em 2008. Em números absolutos, São Paulo, com 4,0 milhões de pobres, e o Rio, com 2,6 milhões, permanecem como as maiores concentrações de pobreza do país.

2003-2004, anos duros para os ricos

O estudo examina também a cúpula da pirâmide social – os ricos, conceituados como pessoas pertencentes a famílias com renda igual ou maior do que 40 salários mínimos (R\$ 16,6 mil). Seu número reduziu-se bruscamente em 2003-2004: eram 448 mil em 2002, caíram para 349 mil dois anos depois. Mas a seguida voltaram a crescer, chegando a 477 mil em 2008.

Em porcentagem da população total das RMs, o peso dos ricos permaneceu diminuto: 1,0% em 2002, 0,8% em 2004, 1,0% em 2008. Também aqui há variações regionais: Recife é a RM com uma fatia mais esqualida de ricos (0,5%), seguida, surpreendentemente, pelo Rio (0,7%); a maior porcentagem é de São Paulo: 1,4% (que correspondem a pouco mais que a soma dos ricos de todas as cinco outras RMs).

A redução absoluta e relativa dos pobres, ao lado da estabilidade do lado dos ricos, aponta para um crescimento das camadas intermediárias. É o que confirma outro estudo, divulgado no mesmo dia (5) pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), com base nas mesmas RMs. Segundo os dados da FGV, a "classe C", que inclui famílias com renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591, cresceu de 42,26% em 2004 para 51,89% em 2008. Já as "classes A e B" (com renda acima de R\$ 4.591 por mês) cresceram de 11,61% para 15,52% do total da população brasileira; enquanto as "classes D e E" diminuíram de 46,13% para 32,59%.

"Tesoura do CUT" desautoriza festejo

Estas são boas notícias para a causa da equidade social, mas o próprio Ipea adverte: "A renda utilizada na análise corresponde ao total dos rendimentos do trabalho e aposentadorias (90,7% da renda familiar), somados à pensão, doação e aluguel (7,2%) e juros, dividendos e Bolsa Família (2,1%). Ou seja, trata-se fundamentalmente do rendimento advindo das atividades laborais, acrescida ainda daquela derivada da aposentadoria oriunda também do trabalho."

Portando, pesquisou-se os números da renda, não da riqueza. E dentro da renda, basicamente aquela que vem do trabalho, não a sua oposta, oriunda do capital. Isto explica a parte final do estudo, que aponta, em um aparente paradoxo, uma queda de 10,2%, no "Custo Unitário do Trabalho (CUT) — entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade" (no período de 2001 a 2008). Quer dizer: a folha de pagamento do trabalhador cresceu no período (10,5%); mas a produtividade do trabalhador cresceu mais que o dobro: (22,6%); a queda na remuneração unitária do trabalho é consequência desta tesoura.

Isto mostra, apesar do "bom momento econômico e social do país", o caminho que ainda é preciso percorrer para começar a festejar uma real mudança na disforme pirâmide social brasileira. Aparentemente, o rumo tomado pelo país a partir de 2003 não conduz necessariamente a essa meta. Já uma reforma tributária como a proposta por Pochmann ajudaria bastante; assim como ajuda a luta do trabalho contra o capital, que aos poucos vai se reanimando depois de anos contida pelo bicho-papão do desemprego crescente.